



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9420 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

TRABALHO E EDUCAÇÃO DO/A JOVEM ESTUDANTE DA AGRICULTURA  
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Carla Daniele Campos Holetz - UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA  
GROSSA

Patrícia Correia de Paula Marcoccia - UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA  
GROSSA

### **TRABALHO E EDUCAÇÃO DO/A JOVEM ESTUDANTE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

#### **Resumo**

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa sobre a relação entre educação escolar e os processos de trabalho na constituição dos/as jovens estudantes trabalhadores/as da agricultura familiar que estudam em um Colégio Agrícola, localizado no município de Ponta Grossa. O método de pesquisa adotado é o materialismo histórico dialético, que se orienta pela teoria social de Marx (2013). Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica decorrente de produções acadêmicas da Base de Dados da Capes, assim como em obras clássicas; pesquisa documental, por meio do Censo Agropecuário 2017, e o trabalho de campo realizado por meio de questionário com 64 jovens estudantes internos/as oriundos/as da agricultura familiar. Nessa direção, o que se constatou foi que as relações que se colocam são pautadas nas conjunturas particulares de cada família, uma vez que, com diferentes níveis socioeconômicos, mais da metade deles/as buscam a formação técnica para retornar e aplicar na unidade familiar, enquanto o restante intenta avançar nos estudos e possivelmente partir para outras áreas ou profissões fora dela. Verificou-se ainda, conforme os dados mais recentes levantados principalmente pelo IBGE, que as condições dos agricultores familiares estão cada vez mais limitadas, dificultando seu pleno desenvolvimento, e por conseguinte, impactando na produção da vida do/a jovem do campo.

Palavras-chave: trabalho; educação; jovem da agricultura familiar.

#### **Introdução**

Falar da agricultura no Brasil é traçar um retrato sobre a atividade de um país que

figura como grande potência no que se refere à produção alimentícia da população mundial. No entanto, a classificação quanto ao porte dos estabelecimentos amplia cada vez mais a disparidade entre os produtores. A agricultura patronal e a familiar apresentam características e objetivos opostos, com conceitos econômicos e jurídicos previstos na Lei 11.326/2006. A agricultura patronal corresponde ao chamado agronegócio, com estabelecimentos de grande porte onde a força de trabalho é assalariada e se produz matéria prima de amplo poder de estocagem, geralmente direcionada ao mercado externo, os chamados *commodities*. A agricultura familiar, por sua vez, destaca-se na produção alimentícia para consumo doméstico, geração de empregos e preservação ambiental, ainda que tenha um papel subalterno em comparação ao agronegócio, o qual mantém o controle do planejamento agrário por meio da monopolização do mercado devido à cooptação da maior fatia dos recursos do crédito agrícola.

Para Brumer (2014, p. 2016), “as perspectivas de reprodução social na denominada “agricultura familiar”, no plano biológico (reprodução dos indivíduos) ou geracional (permanência da propriedade na família de uma geração a outra) são bastante distintas.” Para o agricultor familiar, a terra tem um valor que se sobrepõe a um simples meio de produção pois ela representa sua identidade, lugar em que desenvolve sua cultura, trabalho e sustento. Nesse contexto, o/a jovem do campo produz a vida e aprende com as gerações anteriores para constituir o seu modo de agir e de reagir perante as situações que lhes são impostas.

Castro et al. (2019) afirmam que parte significativa das populações dos territórios rurais são representadas pelas juventudes rurais, haja vista que nos 243 territórios hoje reconhecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), existem 21 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, sendo 15,4 milhões nas cidades e 6 milhões no campo, conforme dados do IBGE (2010). Em todo Brasil, são 8 milhões de jovens rurais que representam 27% da população rural: homens e mulheres que compõem a agricultura familiar, Reforma Agrária e de povos e comunidades tradicionais. Tais categorias demandam a construção de políticas públicas estatais que interrompam a reprodução das ações pontuais e descontinuadas decorrentes do Estado neoliberal.

Dessa compreensão é que resulta o objetivo deste texto que é apresentar a relação trabalho e educação dos/as jovens provenientes da agricultura familiar que estudam num Colégio Agrícola, localizado no município de Ponta Grossa.

Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica decorrente de produções acadêmicas da Base de Dados da Capes, assim como em obras clássicas; pesquisa documental, por meio do Censo Agropecuário 2017, e o trabalho de campo. Neste, foram aplicados 91 questionários com as turmas que funcionam em período integral, nas quais estudam 96 alunos/as internos provindos/as de outros municípios e da área rural dos Campos Gerais. Foram respondidos 83 questionários e selecionados somente 64 dos/as que moram na área rural. Apenas 8 alunos/as não responderam. Os dados não estabeleceram um retrato exato, mas delinearam de forma mais abrangente o/a jovem da agricultura familiar, o que não se observou em outros estudos. Os encaminhamentos dados obedeceram aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, autorizada pela Plataforma Brasil. Esse estudo fundamenta-se no materialismo histórico dialético, que se orienta pela teoria social de Marx (2013), a qual ancora-se numa abordagem ontológica de homem que compreende o trabalho como categoria fundante do ser social, atentando-se à produção da vida dos/as jovens participantes.

Esse texto está estruturado em duas partes, a saber: a primeira caracteriza o trabalho do/a jovem da agricultura familiar no contexto nacional, e a segunda apresenta e analisa os

dados referentes ao trabalho e a educação do/a jovem da agricultura familiar do Colégio Agrícola, no município de Ponta Grossa – Paraná.

### **O trabalho do/a jovem da agricultura familiar**

Para Leal e Facci (2014), o sentimento que intercala o ser criança e ser adulto expressa o caráter transitório da adolescência. As autoras buscam superar a visão biologizante da adolescência com apoio da psicologia histórico-cultural de Vygotsky (VYGOTSKY 1996, apud LEAL; FACCI, 2014), defendida nesse estudo, em razão de ser a que mais abrange seu processo de desenvolvimento, considerando não só as questões biológicas e cronológicas como também as sociais.

O trabalho e a educação são categorias que estão imbricadas em uma totalidade que é basilar na vida dos/as jovens do campo, já que não são trabalhadores/as por opção, mas pela demanda familiar. São condicionantes de toda ordem que vão suscitar o desejo ou não em prosseguir nas atividades rurais, como o domínio patriarcal, seja na administração ou na sucessão; a divisão do trabalho e não dos ganhos financeiros; as tensões segregatórias que desqualificam simbolicamente o rural; a condição de sua classe social; o fator educacional; a rigurosidade dos horários e cargas das atividades rurais; o acesso ao lazer, entre outros.

A situação social dos/as jovens é que determina suas necessidades educacionais. Os atrativos e benefícios que o rural e o urbano oferecem pesam na escolha de ficar ou partir, seja para o trabalho ou para os estudos, assim como a falta de perspectiva de reais melhorias nas condições do trabalho no campo e de políticas públicas voltadas a eles/elas.

### **Trabalho e educação do/a jovem da agricultura familiar do Colégio Agrícola localizado no município de Ponta Grossa**

O Colégio Agrícola foi fundado em 17 de setembro de 1937 com a denominação de Escola de Trabalhadores Rurais pelo Interventor Manoel Ribas. Sua história não difere muito das demais instituições de mesma natureza, que se originaram da necessidade de oferecer formação aos filhos de agricultores, assim como de amparar menores desvalidos que perambulavam pela cidade. O estabelecimento seguiu buscando atender as demandas sociais até chegar à sua atual configuração em que oferta Ensino Médio Profissionalizante, tendo como princípio formar os/as jovens para o mercado de trabalho. Atende cerca de 300 alunos/as na faixa etária dos 14 aos 20 anos, que podem realizar estágio em áreas da agricultura, nas sub-áreas grandes culturas, análise de sementes, silvicultura, fruticultura e olericultura, ou da pecuária, que abarca a avicultura, suinocultura, bovinocultura leiteira e de corte, ovinocultura e equinocultura. Nessa direção, a organização pedagógica mescla educação e trabalho, agregando a teoria e a prática dos afazeres agropecuários.

De modo geral, verificou-se que são estudantes, em sua grande maioria solteiros, se autodeclararam brancos e professam a fé católica. Assim como nas produções da CAPES analisadas, o gênero masculino prevalece sobre o feminino no corpo discente, evidenciando o fortalecimento histórico da masculinização e a subalternidade da trabalhadora do campo, já que são os filhos que saem em busca de formação na área agrícola para suceder o pai na

propriedade rural. Sobre sucessão, pouco se fala nas referidas famílias. Moram com os familiares em casa própria e a maior parte sempre morou no campo. Cerca da metade se transporta com o carro da família ou motocicleta e boa parte com ônibus, dois usam animais e um bicicleta. Percebe-se que o espaço físico não é mais o grande responsável pela divisão campo e cidade, dado que as distâncias foram encurtadas tanto pela facilidade com o transporte como pela larga utilização dos meios digitais.

Os/as jovens advêm de 18 municípios paranaenses próximos e apenas um do estado do Mato Grosso. Tal qual o Censo Agropecuário 2017 (2019), a média de pessoas ocupadas é de 2 a 3 por família, que tem cerca de 4 a 5 pessoas. O trabalho é dividido por todos/as, sem muitas divisões específicas de tarefas. Os/as jovens disseram participar de todas frentes de trabalho, seja no manejo, administração ou outra necessária. A grande maioria disse não receber remuneração, e entende que a contribuição enquanto membro na reprodução social familiar é mais relevante no provimento das necessidades coletivas do que a remuneração individual. Observou-se um silenciamento principalmente nas questões sobre o trabalho e a renda.

A carga pesada e as difíceis condições de trabalho foram as motivações mais citadas para explicar a saída dos/as jovens do campo, seguidas pela busca de qualificação e emprego em outras áreas. A agricultura, no geral, seguida do cultivo do fumo e da soja foram as fontes de renda familiar mais indicadas. O escasso número de respostas sobre valores ou existência de outras rendas, aposentadoria, pensão ou Bolsa Família, dificultou um conhecimento mais profundo sobre essa categoria. A maioria dos pais e avós tem a posse da terra e são proprietários de suas unidades produtivas, o que é positivo frente à uma história de lutas pelo maior meio de produção do trabalhador do campo, pois sem ele, perde a sua essência e passa a ser um proletário rural, conforme bem diz Ianni (2012), vendendo sua força de trabalho em troca de salário, incidindo em um estado de alienação, tal qual tantos outros apontados por Antunes (2006, 2013, 2014).

Constatou-se que a maioria dos/as respondentes vem de escolas rurais e acredita que o Ensino Médio Profissionalizante deveria ser ofertado também na área rural, oportunizando aos camponeses acesso à formação, evitando que os/as jovens saíssem de perto das famílias. Agronomia é o curso superior mais citado, sucedido por Veterinária, o que pode indicar razoável condição financeira de tais jovens, pois cogitam continuar os estudos antes de seguir para o mercado de trabalho, habitual à quem busca um curso técnico profissionalizante de nível médio.

## **Considerações Finais**

Importante categoria de análise desta pesquisa, a educação está intimamente conectada ao trabalho. Comprovou-se que pouco mais da metade dos/as jovens pretende qualificar-se para retornar ao campo e dedicar-se às atividades rurais, enquanto o restante planeja ir para outras áreas. A vida saudável e convívio o familiar motivam a ficar no campo, contudo, a falta de infraestrutura em saúde e o trabalho permanente e intenso são elementos que pesam nessa decisão, assim como a falta de opções de lazer e cultura.

Ainda que a instituição escolhida como *locus* exerça um trabalho de excelência em relação aos conhecimentos técnicos, os/as alunos não fizeram referência à discussões que os/as levassem a reflexão sobre as condições em que seu povo produz a vida, as dificuldades historicamente enfrentadas e os caminhos que eles/as próprios/as precisam

tomar para manter suas raízes frente a um sistema que os/as desconsidera enquanto sujeitos de direitos, o que deveria estar previsto já na organização curricular do curso. Ao contrário, o que transparece é que vislumbram o agronegócio como algo a ser alcançado. Mesmo afirmando que o Colégio Agrícola dá conta de prepará-los/as para a vida no campo, reiteram que poderia oferecer mais disciplinas voltadas a ele. No entanto, é preciso avançar gradativamente à uma condição de dignidade humana, sendo ao/a jovem da classe trabalhadora rural atribuída essa tarefa.

## Referências

ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. Coleção Mundo do Trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. Coleção Mundo do Trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 jul. 2006.

BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. *In*: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1. Brasília: Presidência da República, 2014.

CASTRO, E. G. et al. Desenvolvimento territorial no Brasil e o papel estratégico da juventudes rurais. *In*: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019. p. 84-107.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. *In*: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 127-146.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006. p. 1-777.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. v. 8, p. 1-105.

LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. *In*: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R (org.). **Adolescência em foco**: contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá, EDUEM, 2014. p. 15-44.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.